

A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX¹

Tal como a maioria dos países periféricos da Europa, Portugal registou no século XIX um intenso crescimento demográfico, que não foi acompanhado por um crescimento económico igualmente rápido. A incapacidade da economia para sustentar a população do país deveu-se a diversos factores. Graves problemas a nível da distribuição das terras afectaram a capacidade da agricultura nacional para se modernizar rapidamente, especialmente no Norte, uma região densamente povoada, onde predominavam os minifúndios. A principal exportação de Portugal, o vinho do Porto, tinha por base uma indústria de crescimento restrito e não podia compensar a incapacidade de crescimento da agricultura em geral. O sector industrial, com um ritmo de expansão lento, era objecto de uma protecção excessiva e relativamente ineficaz, mostrando-se, portanto, incapaz de compensar as deficiências da agricultura². Entretanto, a elevada taxa de natalidade [ligeiramente superior a 30‰ (30 por mil)] e a diminuição gradual da taxa de mortalidade (ligeiramente superior a 20‰) asseguravam um crescimento rápido da população portuguesa. Apesar de ter uma das mais elevadas taxas de emigração *per capita* da Europa, a população portuguesa residente no país viria a aumentar a 0,5% por ano ou mais durante o século XIX, tendo chegado a atingir uma taxa de crescimento natural de cerca de 1% no final do século³.

* Universidade de Colúmbia.

¹ Este texto é uma versão revista de um artigo que foi publicado no *Journal of Latin American Studies*, Londres, vol. 23, n.º 2, Maio de 1991.

² Poderá ler-se uma boa crítica deste debate em Pedro Lains, «La agricultura y la industria en el crecimiento económico português (1850-1913)», in *Revista de História Económica*, Madrid, VII, 3, 1989, que resume artigos publicados pelo autor na revista *Análise Social*. O principal trabalho sobre a evolução da agricultura no século XIX é o recente estudo de David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, 1988; sobre a industrialização, v. Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», in *Análise Social*, xxiii, 2, n.º 96, 1987.

³ V. Massimi Livì Bacci, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971, cap. 2, e Mário Lagos, *A Natalidade Portuguesa, Premissas Demográficas*, Lisboa, 1979.

Assim, o crescimento demográfico ultrapassou a capacidade da economia para sustentar a população, e as pressões daí decorrentes a nível de recursos deram origem a uma crise cuja única solução para a população, predominantemente rural, era a emigração. Daí que Portugal, nos séculos XIX e XX, fosse o país europeu mais afectado pela perda de população devido à emigração a seguir à Irlanda. Com efeito, calcula-se que entre 1886 e 1959 a emigração legal, só por si, tenha absorvido, pelo menos, 50% do excesso do número de nascimentos em relação ao número de mortes da população portuguesa residente no país e que em períodos de emigração muito intensa, como os de 1912-1913, 1918-1920 e 1966-1972, a emigração se tenha traduzido em taxas de crescimento negativas da população portuguesa residente no país⁴.

Esta pressão da emigração não foi uniforme ao longo do tempo, nem em termos geográficos, tendo-se concentrado principalmente nos distritos do litoral e do interior norte, onde as densidades populacionais eram elevadas e as terras estavam divididas em minifúndios, bem como no Nordeste transmontano, onde a qualidade dos recursos era insuficiente para manter sequer a esparsa população que aí existia. As ilhas da Madeira e dos Açores, tal como as regiões do Norte do continente, também foram afectadas por pressões populacionais e pela subdivisão excessiva das terras, o que levou a uma emigração constante durante os séculos XIX e XX. A pressão da emigração apenas não se fez sentir nos distritos do Sul, escassamente povoados, onde predominavam os latifúndios⁵.

A maioria dos emigrantes portugueses eram provenientes dos distritos mais densamente povoados do continente. Assim, dos 1 306 501 portugueses que emigraram entre 1855 e 1914, 78% eram originários do continente (v. gráfico n.º 1). Deste total, 82% foram para o Brasil, 2% para a Argentina e 15% para os Estados Unidos⁶. Se o Brasil era o principal destino dos emigrantes do continente, para as populações das ilhas a principal zona de emigração eram os Estados Unidos. 1910 constitui um exemplo típico dessa distribuição

⁴ Vitorino Magalhães Godinho, «L'émigration portugaise (xvème-xxème siècles), une constante structurelle et les réponses aux changements du monde», in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 1, Janeiro-Junho de 1978, p. 12.

⁵ Os distritos de Leiria (que se situa no litoral, mesmo a sul de Coimbra) para norte (exceptuando o distrito de Castelo Branco, situado a leste) registaram todos uma taxa de migração anual, durante o período 1900-1960, de 3,5 ou mais por 1000 habitantes residentes, sendo a taxa mais elevada a de Bragança (8,4) e situando-se as da Guarda, Viseu e Aveiro acima de 7,0. As taxas de migração das ilhas foram ainda mais elevadas — todas ultrapassaram 7‰, chegando a de Ponta Delgada a atingir 10,3. A taxa global foi de 4,7 migrantes por ano por cada 1000 habitantes residentes para Portugal inteiro (Livi Bacci, *A Century of Portuguese Fertility*, p. 33).

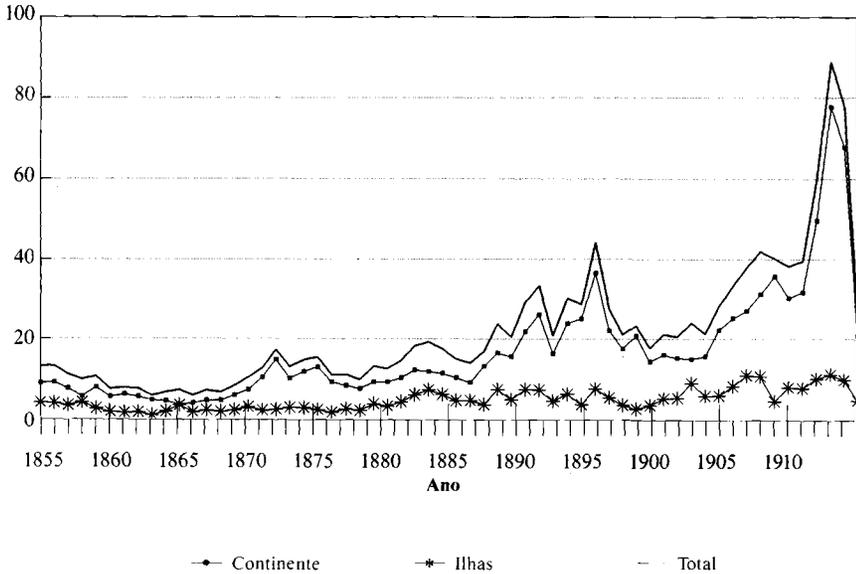
⁶ Estes dados e os que foram utilizados no gráfico n.º 1 foram obtidos a partir de uma reavaliação dos dados oficiais feita por Leite, «Emigração portuguesa», in *Análise Social*, xxiii, 3, n.º 97, 1987, pp. 478-480.

da emigração. Apenas 20% dos 40 000 emigrantes eram originários das ilhas, mas, desses 20%, 79% foram para os Estados Unidos. Dos emigrantes originários do continente apenas 6% não foram para o Brasil⁷.

Emigração portuguesa a partir do continente e das ilhas, 1855-1914

[GRÁFICO N.º 1]

Milhares



Ao contrário dos restantes emigrantes europeus, cuja emigração se distribuiu por diversos países americanos, os portugueses dirigiram-se sobretudo para o Brasil. Desde o início do século XIX até à década de 50 do século XX, mais de quatro quintos de todos os emigrantes portugueses registados foram

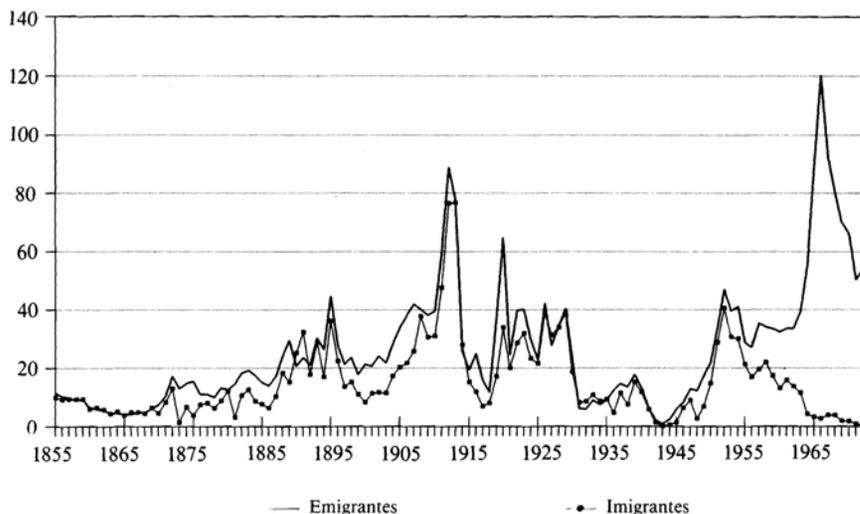
⁷ Portugal, Ministério das Fazendas, Direcção-Geral da Estatística, *Anuário Estatístico de Portugal, 1908, 1909 e 1910*, 2 vols., Lisboa, 1914, I, 74-75. Dos 250 000 portugueses ou mais que emigraram para os Estados Unidos, cerca de 65%-70% eram originários dos Açores. A emigração do continente apenas foi importante no princípio dos anos 10 e novamente no princípio dos anos 20. Os madeirenses dividiram-se mais, tendo cerca de metade emigrado para o Brasil e os restantes para os Estados Unidos. Por último, houve um contributo significativo de ilhéus negros de Cabo Verde para a emigração portuguesa com destino à América do Norte (Leo Pap, *The Portuguese-Americans*, Boston, 1981, p. 36).

para o Brasil⁸. Assim sendo, não é de surpreender que exista uma correlação tão grande entre a listagem dos emigrantes que deixaram Portugal para todos os destinos no estrangeiro e os emigrantes registados como tendo chegado ao Brasil (v. gráfico n.º 2)⁹.

Número total de emigrantes que deixaram Portugal e de imigrantes portugueses que partiram para o Brasil

[GRÁFICO N.º 2]

Milhares



⁸ Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica*, 3.ª ed., Lisboa, 1977, p. 43. Os números variam entre 93% em 1901-1911 e 67% em 1921-1930. Deverá também referir-se que os autores portugueses nunca apresentam exactamente os mesmos números. Isto deve-se à confusão mesmo das estatísticas oficiais e das constantes revisões a que foram submetidas. Assim, nas publicações do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (e dos organismos que o precederam) nem sempre é claro se os totais incluem os Açores, a Madeira e Cabo Verde, ou apenas o continente. Além disso, o INE, especialmente nos últimos anos, tem vindo a rever muitas das suas séries estatísticas «retrospectivas», apresentando, assim, conjuntos ligeiramente diferentes, mesmo de números à referentes ao período anterior a 1950.

⁹ As correlações entre os emigrantes portugueses que deixaram Portugal e os imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil atingem o elevado valor de 0,9291 (1855-1950). Mas esta correlação torna-se acentuadamente negativa a partir de 1950, passando para -0,5801 (1950-1972). Os números referentes à emigração legal revelam que os emigrantes com destino à América representavam, no mínimo, 80% de todos os emigrantes até 1961, altura em que a Europa continental se tornou, finalmente, um destino importante (v. Jorge Carvalho Arroiteia, *A Emigração Portuguesa — Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, 1983, p. 113). Do mesmo modo, o facto

Embora exista uma controvérsia considerável na bibliografia sobre a dimensão da emigração clandestina, uma análise pormenorizada das estatísticas portuguesas e americanas realizada recentemente sugere um nível relativamente reduzido deste tipo de emigração desde, aproximadamente, a década de 70 do século XIX a meados do século XX. Embora a partir da década de 60 do século XIX fossem necessários passaportes, o seu custo correspondia, geralmente, apenas a 10% do custo da passagem para o Brasil no século XIX e menos de 20% no princípio do século XX. Além disso, até 1929 (quando foi introduzido o requisito de saber ler e escrever) não havia praticamente quaisquer restrições relativamente ao tipo de pessoas que podiam emigrar nem ao seu destino. Embora os indivíduos do sexo masculino em idade de prestarem serviço militar estivessem proibidos de emigrar, a não ser que pagassem uma fiança, que correspondia ao dobro da tarifa mais barata de um bilhete de 3.^a classe para o Brasil, mesmo esses indivíduos podiam emigrar se ficassem isentos ou depois de prestarem o serviço militar. Por último, embora o registo efectuado nas ilhas fosse um tanto incompleto, o do continente era razoável, se bem que tenha havido períodos em que os portugueses apenas contavam os emigrantes com passaporte e outros em que apenas registavam todos os passageiros de 3.^a classe com destino ao estrangeiro. Embora pareça que as estatísticas do tempo das embarcações à vela (antes de 1870) relativas ao continente português e as estatísticas de muitos períodos relativas às ilhas não sejam completas, no que se refere ao período de 1880 até à década de 50 do século XX, as estatísticas oficiais portuguesas são relativamente completas e talvez melhores do que os dados americanos correspondentes¹⁰.

No entanto, depois do início das guerras de independência nas colónias africanas em finais da década de 50, com o conseqüente recrutamento dos cidadãos portugueses para o serviço militar e, ao mesmo tempo, a procura de mão-de-obra na Europa em rápido desenvolvimento do pós-guerra, a emigração ilegal tornou-se novamente um factor fundamental que passou a influenciar as estatísticas portuguesas. Os emigrantes clandestinos chegaram a corresponder a um terço dos emigrantes registados que deixaram Portugal, embora não se incluam aqueles cujo destino era o Brasil e que, muito provavelmente, eram contados na íntegra. Os emigrantes clandestinos não iam para a América, mas para a França. Esta emigração ilegal também partia

de o Canadá e a Venezuela se terem tornado importantes centros de absorção nos anos 50 começava a produzir repercussões mesmo no fluxo de emigrantes para a América. Com efeito, o estudo de Sousa Ferreira sobre a experiência francesa mostra que este afastamento em relação ao Brasil terá sido, provavelmente, mais importante do que estes números revelam, enquanto outros estudiosos indicam 1962 como tendo sido o ano em que só para França foram mais emigrantes portugueses do que para o Brasil, uma tendência que nunca se inverteu (v. Carlos Almeida e António Barreto, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, 1970, p. 185).

¹⁰ O estudo definitivo sobre este assunto é o artigo de J. Costa Leite, «Emigração portuguesa: a lei e os números (1850-1914)», in *Análise Social*, xxiii, 3, n.º 97, 1987, pp. 463-480.

das mesmas regiões principais que os emigrantes legais, ou seja, das ilhas portuguesas do Atlântico, bem como das províncias do Norte de Portugal continental. Estas províncias do Norte incluíam quer as do litoral (Minho, Porto, ou Douro Litoral, e Beira Litoral), quer as do interior (Trás-os-Montes e Beira Alta)¹¹, e eram ainda as principais zonas de emigração de Portugal, pois continuavam a debater-se com problemas de longo prazo relacionados com elevadas taxas de fertilidade, com o predomínio de minifúndios, com a aplicação rigorosa do regime de herança divisível e com fortes redes sociais que constituíam o principal factor de incentivo à emigração¹². Esta pressão manteve-se constante durante quase dois séculos e assegurou a emigração, quer em períodos de prosperidade económica, quer em períodos de recessão. Esta emigração de indivíduos do sexo masculino, tanto casados como solteiros, era de tal modo sistémica que, em termos europeus, o Norte de Portugal era um caso particularmente invulgar no que se refere ao predomínio das mulheres nas actividades agrícolas tradicionais¹³.

Embora o Brasil tenha recebido a maior parcela da migração legal conhecida até meados dos anos 50, esta situação modificou-se a partir de meados deste século. O Brasil, em si, já não atraía um elevado número de emigrantes europeus. Os portugueses consideravam que havia melhores oportunidades noutros locais. De início, após a Segunda Guerra Mundial, o governo empenhou-se activamente na promoção da emigração para as colónias portuguesas de África¹⁴. Também existiam agora importantes oportunidades para os portugueses na Venezuela e no Canadá, e verificou-se um aumento da emigração

¹¹ Os distritos destas cinco províncias do Norte apresentaram, em média, entre 5 e 21 emigrantes por 1000 habitantes residentes no período 1886-1913, níveis que as províncias do Sul nunca atingiram (Rick Lamon Chaney, *The Economics of One Hundred Years of Emigration and Remittances in Portugal*, tese de doutoramento, Departamento de Economia, Universidade do Illinois, 1984, p. 87). As ilhas registaram níveis ainda mais elevados. Em 1912, por exemplo, as ilhas apresentaram uma média de 27 emigrantes por 1000 habitantes, em comparação com 14 por 1000 no continente. Enquanto Bragança, distrito interior do Nordeste (na província de Trás-os-Montes), era o principal exportador, com 60 emigrantes por 1000 habitantes, a ilha de Ponta Delgada, nos Açores, situava-se em segundo lugar, com 41 emigrantes por 1000 habitantes (Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Estatística, *Movimento da População, Anos de 1908 a 1912*, Lisboa, 1914, p. 22).

¹² Diversos autores realçam a implantação de conceitos liberais sobre a propriedade das terras no período posterior a 1850, com a privatização das terras comunais que daí resultou, execução rigorosa do regime de herança divisível, especialmente a partir do Código Civil de 1867. Tudo isto levou a um rápido aumento do emparcelamento da terra (v. Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.^a ed., Lisboa, 1983, pp. 286 e segs., Caroline B. Brettell, *Men Who Migrate, Women Who Wait. Population and History in a Portuguese Parish*, Princeton, 1986, p. 79, e Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal — Séculos XIX e XX*, Porto, 1974, p. 53).

¹³ Brettell, *Men Who Migrate, Women Who Wait*, cap. 2.

¹⁴ Entre 1944 e 1967 registou-se uma emigração líquida de cerca de 217 000 portugueses para as colónias africanas, emigração essa que foi mais intensa durante os anos 50 e o princípio dos anos 60 (Almeida e Barreto, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, p. 168).

legal para a África do Sul. Mas, acima de tudo, havia a enorme atracção do Norte da Europa para o emigrante clandestino da década de 60 e do princípio da década de 70, altura em que emigraram para a França cerca de 1 milhão de portugueses¹⁵. Esta emigração de meados do século XX levou a que, actualmente, existam em França e na África do Sul mais emigrantes portugueses residentes do que no Brasil¹⁶.

Tal como o volume da emigração diferia de região para região, também variou ao longo do tempo e em termos das características da população que deixava o país. Embora a cronologia e origem desta corrente migratória tenham sido influenciadas pela evolução interna da sociedade portuguesa, as suas características demográficas eram principalmente determinadas pelas alterações verificadas nas condições do mercado de trabalho brasileiro.

O mercado brasileiro da mão-de-obra importada era um mercado importante. O crescimento da economia do café nas províncias centrais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais era mantido pela importação em massa de escravos africanos, que entre 1822 e 1850 ascenderam a 1,1 milhões¹⁷. O crescimento destas regiões centrais e dos respectivos centros urbanos — as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo — levou, por sua vez, a um aumento da procura de mão-de-obra, que foi inicialmente satisfeito pelos emigrantes portugueses. As empresas agrícolas levaram camponeses alemães e italianos para as províncias pouco povoadas do Sul — Rio Grande do Sul e Santa Catarina —, mas em 1879 esses emigrantes não ultrapassavam os 425 000.

O verdadeiro aumento da procura de imigrantes estrangeiros dar-se-ia nos finais da década de 80 do século XIX, quando os escravos começaram a abandonar as fazendas de café devido à introdução da emancipação.

¹⁵ Porém, Serrão e todos os outros autores portugueses que comentaram a emigração referem que a emigração ilegal portuguesa foi, pelo menos, um terço superior em qualquer período que se queira considerar (Serrão, *A Emigração Portuguesa*, pp. 37-38). A emigração ilegal chegou, por vezes, a ultrapassar até o volume total da emigração legal, como aconteceu no caso da emigração para França a partir de 1950 (v. Eduardo Sousa Ferreira, *Origem e Formas da Emigração. O Impacto da Emigração sobre o Desenvolvimento*, Lisboa, 1976, pp. 51-73). Chegou mesmo a haver alguma emigração ilegal para o Brasil. Em 1872, por exemplo, o cônsul português no Rio de Janeiro estimou que, para além dos emigrantes legais, mais cerca de 20% dos portugueses que chegaram àquele porto eram imigrantes ilegais (Luiz Felipe de Alencastro, «Proletário e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872», in *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 21, Julho de 1988, p. 35).

¹⁶ Calcula-se que, dos 3,5 milhões de portugueses residentes em países estrangeiros em 1978, a França contava com 920 000, seguida da África do Sul, com 660 000, e do Brasil, com 620 000. A seguir situava-se a Venezuela, com 350 000, seguida dos EUA, com 318 000, e do Canadá, com 210 000 (Jorge Carvalho de Arroteia, *A Emigração Portuguesa — Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, 1983, p. 132).

¹⁷ David Eltis, «The nineteenth century transatlantic slave trade, an annual time series of imports into the Americas broken down by region», in *Hispanic American Historical Review*, 67, 1, 1987, quadro v, p. 136.

Os fazendeiros de São Paulo e do Rio de Janeiro viram-se subitamente perante uma necessidade urgente de mão-de-obra, o que levou à experiência invulgar na América da migração europeia subsidiada pelo estado. Atendendo à concorrência da Argentina e dos Estados Unidos como mercados de trabalho alternativos, o Brasil apenas podia compensar os seus baixos salários pagando a travessia do Atlântico e o transporte dos trabalhadores até às fazendas.

A atracção que o Brasil exerceu sobre os portugueses durante grande parte dos séculos XIX e XX deveu-se a vários factores. O facto de falarem a mesma língua, os laços históricos entre a ex-metrópole e a ex-colónia, os salários mais elevados e as melhores oportunidades económicas, bem como as relações económicas e comerciais complexas e de longa data e uma comunidade comercial local de que os portugueses eram um dos principais elementos¹⁸, fizeram do Brasil um destino muito desejado pelos emigrantes. A comunicação estreita e os contactos de longa data significavam familiaridade e vastas redes para os emigrantes portugueses, que tinham pouca dificuldade em integrar-se na economia brasileira. Isto explica por que razão o fluxo migratório se deu independentemente das diversas subvenções que explicam a migração de outros europeus para o Brasil. Os contratos *enganchados* anteriores a 1870, as colónias agrícolas e a concessão de subsídios a passageiros transatlânticos para trabalharem nas fazendas de café envolveram efectivamente trabalhadores portugueses, mas a maioria foi por sua própria conta independentemente desses incentivos¹⁹.

Assim, embora os emigrantes italianos e mesmo espanhóis talvez tenham ultrapassado os portugueses em termos de números durante o período mais intenso da emigração para o Brasil, o que, de facto, aconteceu entre a década de 70 do século XIX e 1907, ou os japoneses no princípio dos anos 30 do século XX, os portugueses acabaram por se revelar os emigrantes mais duradouros e mais numerosos (v. quadro n.º 1).

¹⁸ No estudo que efectuou sobre os migrantes portugueses Ann Pescatello verificou que se dedicavam «principalmente a actividades financeiras, como intermediários, comissários e empresários; como produtores ou distribuidores de exportações/importações; e sobretudo, em número mais significativo, como retalhistas...» (Ann Marie Pescatello, *Both Ends of the Journey: An Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, tese de doutoramento, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1970, p. 154).

¹⁹ Assim, por exemplo, no «registro do movimento de imigrantes na ilha das Flores» do Rio de Janeiro relativo aos anos de 1911 e 1912 quase todos os migrantes portugueses que chegaram em navios provenientes do Porto (Leixões), Lisboa e ilhas eram agricultores subsidiados, quase todos traziam a família e a distribuição dos sexos era bastante equilibrada (v. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, «Entrada de estrangeiros», livros 100 e 103).

Principais grupos de imigrantes estrangeiros que chegaram ao Brasil, 1820-1972

[QUADRO N.º II]

Período	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total*
1820-1876	16 562	160 119	2 901	—	350 117
1877-1886	132 153	83 998	15 715	—	273 162
1887-1903	995 620	305 582	193 607	—	1 654 830
1904-1914	212 063	412 607	243 617	15 543	1 085 849
1915-1918	17 647	41 897	31 539	9 728	111 648
1919-1930	116 319	337 723	91 776	75 382	945 284
1931-1940	18 328	95 740	9 937	86 414	288 607
1941-1945	276	9 073	275	1 548	18 432
1946-1963	115 754	320 595	123 590	53 556	799 365
1964-1972	4 527	22 980	4 467	5 836	74 082
<i>Totais:</i>					
1820-1930	1 490 364	1 341 926	579 155	100 653	4 420 890
1820-1972	1 629 249	1 790 314	717 424	248 007	5 601 376

* O total inclui também os imigrantes de todas as outras nacionalidades, incluindo cerca de 260 000 alemães.

Fonte: Maria Stella Ferreira Levy, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)», in *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, supl., 1974, p. 74, tabela n.º 2. As estatísticas oficiais do governo referentes a 1884-1953 encontram-se no IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1954, ano xv, p. 59.

No século XIX registou-se um fluxo permanente de portugueses do Norte para o sector comercial urbano do Brasil, a ponto de ter sido por vezes designado uma migração de caixeiros²⁰. Mas também se utilizou o contrato *enganchado*, ou trabalhadores contratados dos Açores e do continente para o Rio de Janeiro e outras cidades, para substituir os escravos que se dedicaram à produção de café depois de se ter acabado com o tráfico de escravos no Atlântico em 1850²¹. Este tipo de trabalhadores contratados do início e meados do século XIX tinha muito em comum com a mão-de-obra contratada para a América do Norte no século XVIII e princípio do século XIX, embora, neste caso, o emigrante vendesse apenas os serviços prestados durante um período de dezoito meses a contar da data de chegada ao Brasil em troca

²⁰ Ainda em 1887, a segunda ocupação mais importante dos 16 932 portugueses que emigraram nesse ano e cuja ocupação se conhecia era a de «caixeiros e negociantes». Isto correspondia a 8% do total, em comparação com 32% que estavam registados como «trabalhadores rurais, jornaleiros, lavradores e trabalhadores em geral» [Oliveira Martins, «A emigração portuguesa», 1931, reed. in Joel Serrão (ed.), *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa, Antologia*, Lisboa, 1976, pp. 122-123].

²¹ Embora tenham chegado ao Brasil emigrantes açorianos durante os séculos XIX e XX, parece que a sua principal região de migração a partir da década de 20 do século XIX foram os Estados Unidos. Entre 1869 e 1892, por exemplo, 70% dos cerca de 39 000 portugueses que emigraram para os Estados Unidos eram provenientes das ilhas (Imre Ferenczi e Walter F. Willcox, *International Migrations — Statistics*, National Bureau of Economic Research, vol. 14, Nova Iorque, 1929, vol. 1, pp. 378-429).

do dinheiro da passagem²². Já foi afirmado que estes trabalhadores *enganchados* substituíram os escravos urbanos, cada vez mais caros, que prestavam serviços não especializados na cidade do Rio de Janeiro durante este período²³. Mas deu-se também uma emigração constante de trabalhadores especializados do Norte que passaram a dominar o comércio retalhista de todas as grandes cidades brasileiras. Assim, um estudo oficial sobre os estabelecimentos comerciais do Brasil em 1856-1857 revelou que os brasileiros eram proprietários de apenas 44% do número total de estabelecimentos, sendo os portugueses proprietários de 35%²⁴. O embaixador português no Brasil em 1892 chegou a declarar que o «comércio retalhista [no Brasil] é nosso»²⁵.

Foi só com a abolição da escravatura propriamente dita em 1888 e com o início da imigração em massa subsidiada que uma nova vaga de famílias de imigrantes portugueses começou a chegar ao Brasil e a dirigir-se para o trabalho agrícola. Mas, apesar da importância deste novo tipo de trabalhador contratado, os portugueses continuaram a ser talvez o mais urbano dos grupos de novos imigrantes.

Os portugueses foram, desde o início, um elemento muito significativo da população das duas maiores cidades da República, constituindo o grupo estrangeiro dominante no Rio de Janeiro (distrito federal) e uma presença significativa entre os estrangeiros de São Paulo. No recenseamento de 1890, por exemplo, os 124 000 portugueses residentes no Rio de Janeiro representavam 24% da população da cidade e 68% da população nascida no estrangeiro. Além disso, era a comunidade estrangeira mais antiga de todos os grupos de imigrantes, tendo mais de metade dos seus elementos chegado ao Brasil até 1879²⁶.

Embora a sua importância relativa viesse a diminuir à medida que a cidade foi crescendo no século XX, no recenseamento de 1906 os 133 000 por-

²² Encontra-se reproduzido um contrato típico em Maria Antonieta Cruz, «Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil», in *Revista de História*, Porto, VII, 1986-1987, pp. 129-131. É interessante verificar que este contrato, que dizia respeito a trabalho agrícola, excluía especificamente o trabalho realizado em plantações de açúcar. Eram, evidentemente, cometidas violações destes contratos, embora pareça que a norma fosse legalmente 18 meses em toda a parte (v. Maria Ioannis Benis, «A emigração de 1856 a 1875 vista de Viana do Castelo», in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n.º 3, Janeiro-Junho de 1979, p. 88).

²³ V. Alencastro, «Proletários e escravos», pp. 36 e segs. Brettell calcula que nas décadas de 50 e 60 do século XIX uma passagem de 3.ª classe para o Brasil nos vapores portugueses mais baratos custava 33\$000 réis, ao passo que o salário urbano diário em Portugal variava entre 300 réis para os trabalhadores especializados e 200 réis para os trabalhadores não especializados (Brettell, *Men Who Migrate, Women Who Wait*, p. 90).

²⁴ Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1978, I, 284-289.

²⁵ Alencastro, «Proletários e escravos», cit., p. 34.

²⁶ *Recenseamento Geral [...] do Brasil em 31 de Dezembro de 1890 — Districto Federal*, Rio de Janeiro, 1895, pp. 232-233.

tugueses continuavam a representar 17% da população total do distrito federal²⁷.

Esta concentração de portugueses nos centros urbanos do Sudeste do Brasil manteve-se nas décadas seguintes. Em 1920 os cerca de 65 000 portugueses de São Paulo representavam 11% da população total da cidade e os 172 000 da cidade do Rio de Janeiro continuavam a corresponder a uma percentagem significativa de 15% da população total desta cidade. Em conjunto, estas duas concentrações urbanas correspondiam a 51% de todos os imigrantes nascidos em Portugal e residentes no Brasil no ano deste recenseamento.

Juntamente com as respectivas populações rurais de portugueses, estes dois estados concentravam cerca de 368 000 portugueses, ou seja, 85% do número total de portugueses residentes no Brasil (v. quadro n.º 2). Esta posição inicial predominantemente urbana não era a norma no que diz respeito a outras comunidades importantes de emigrantes europeus, que nos anos 20 se encontravam na sua grande maioria nas zonas rurais. Além disso, esta concentração continuou a aumentar ao longo de várias décadas e no recenseamento de 1970 93% de todos os portugueses residentes no Brasil residiam nesses dois estados, com uma percentagem significativa de 66% a residir exclusivamente nessas duas cidades.

É destes dois estados e da migração a partir de 1880 que este estudo se ocupa principalmente. Os dois aspectos que mais me interessam são a comparação entre os portugueses e outros grupos de imigrantes em termos de organização social e económica e em termos de integração sócio-económica.

Atendendo à longevidade e autonomia da emigração portuguesa, não é de surpreender que a distribuição sexual e etária dos imigrantes portugueses diferisse da de outros grupos importantes de imigrantes europeus e asiáticos. Estes últimos eram principalmente constituídos por grupos subsidiados de famílias de imigrantes que chegavam ao Brasil. Os imigrantes portugueses, pelo contrário, eram sobretudo indivíduos adultos do sexo masculino que raramente chegavam acompanhados das suas mulheres e filhos. Uma análise da idade, estrutura familiar e outras características sociais dos europeus que chegaram ao porto de Santos entre 1908 e 1932 (v. quadro n.º 3) revelou que os portugueses, por exemplo, eram o grupo com maior proporção de indivíduos do sexo masculino, adultos e de pessoas que chegavam sozinhas ao Brasil.

²⁷ Brasil, *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de Setembro de 1906*, Rio de Janeiro, 1907, pp. 126-127.

Distribuição dos imigrantes portugueses por estado, 1920-1970

[QUADRO N.º 2]

Regiões / estados	1920	1940	1950	1970
Norte:				
Acre	631	167	99	29
Amazonas	7 615	3 090	2 019	1 064
Pará	14 211	6 013	4 438	3 030
Amapá			41	40
Território			73	50
Nordeste:				
Maranhão	625	511	385	240
Piauí	66	37	40	29
Ceará	296	340	276	200
Rio Grande do Norte	81	98	73	52
Paraíba	131	104	97	78
Pernambuco	4 809	3 048	2 308	2 402
Alagoas	237	162	131	139
Sergipe	125	44	30	44
Baía	3 345	1 912	1 531	1 586
Sudeste:				
Minas Gerais	18 228	9 310	6 472	5 156
Espírito Santo	1 728	1 278	789	525
Distrito federal	172 338	154 662	133 905	153 834
Rio de Janeiro	28 661	21 663	21 165	38 349
São Paulo	167 198	165 542	151 320	214 021
Cidade de São Paulo	(64 678)	(78 949)	(n. a.)	(136 497)
Sul:				
Paraná	1 808	3 451	4 615	9 120
Santa Catarina	506	409	318	341
Rio Grande do Sul	9 324	7 167	5 667	5 189
Centro-Oeste:				
Mato Grosso	1 310	1 015	728	956
Goiás	304	293	317	634
Brasília				875
<i>Total de portugueses</i>	433 577	380 316	336 837	437 983
<i>Total de imigrantes</i>	1 565 961	1 406 342	1 213 974	1 229 122
<i>População total</i>	9 930 478	41 165 298	51 941 767	93 139 037

Nota. — Em 1970 o distrito federal corresponde a Guanabara.

Fonte: Maria Stella Ferreira Levy, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)», in *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, supl., 1974, pp. 79-82.

Características dos principais grupos de imigrantes que chegaram ao porto de Santos, 1906-1936

[QUADRO N.º 3]

	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Total
<i>População total</i>	202 749	275 257	209 282	176 775	1 222 282
Número de famílias	28 374	35 044	33 955	31 412	174 928
Percentagem de imigrantes sem família	42	53	18	5	37
Idades:					
Percentagem com mais de 12 anos	78	81	68	70	77
Percentagem com 7-12 anos	8	7	12	11	8
Percentagem com menos de 7 anos	14	12	20	19	15
Proporção entre sexos	183	212	146	128	176
Estado civil:					
Percentagem de casados	42	43	37	42	39
Percentagem de solteiros	55	55	60	56	58
Percentagem de viúvos	3	2	3	2	2
Analfabetos (percentagem)*	32	52	65	10	34
Ocupações:					
Percentagem de trabalhadores agrícolas	50	48	79	99	59

* Percentagem de analfabetos entre a população de 7 anos ou mais.

Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI), *Boletim*, 1, 1, Outubro de 1937, apêndice, quadro não numerado, «Movimento imigratório pelo porto de Santos, 1908 a 1936, e quadro n.º A-16, p. 69.

As estatísticas portuguesas correspondentes sobre a emigração neste período revelam uma configuração idêntica. Três quartos ou mais dos emigrantes legais que deixaram Portugal até meados dos anos 50 partiram com destino ao Brasil, e, relativamente ao total dos emigrantes legais entre 1875 e 1964 (v. quadro n.º 4), verifica-se uma proporção igualmente elevada de adultos (em média, mais de 80%) e percentagens elevadas de indivíduos do sexo masculino — neste último caso, uma situação muito mais extrema do que mostram as estatísticas correspondentes de São Paulo. Num período-amostra de cinco anos de 1906 a 1910, no auge da emigração, as estatísticas portuguesas revelam as mesmas tendências que se detectam nas estatísticas brasileiras sobre entradas de imigrantes. Neste período a estrutura etária, a taxa de casamentos e o nível de instrução de cerca de 80% dos 198 000 emigrantes que partiram para o Brasil são muito semelhantes aos que revela a amostra de São Paulo (v. quadro n.º 5). As duas amostras apenas diferiam quanto à distribuição sexual. Esta diferença deve-se, provavelmente, ao facto de não estarem incluídas as estatísticas do Rio de Janeiro, em que o predomínio de imigrantes portugueses do sexo masculino era ainda mais acentuado

do que nas estatísticas de Santos²⁸. Com efeito, uma análise contemporânea pormenorizada da emigração em finais do século XIX e princípio do século XX realizada por Oliveira Martins defendia que as taxas mais elevadas de participação de mulheres e crianças na emigração portuguesa em determinadas épocas eram normalmente indício de grave crise económica nas províncias de origem. Assim, a crise provocada pela epidemia de filoxera, que destruiu temporariamente a indústria do vinho do Porto em meados do século XIX, traduziu-se imediatamente numa maior emigração de mulheres e crianças. A norma, segundo Oliveira Martins, era 80% dos emigrantes serem do sexo masculino e uma percentagem ligeiramente superior ser constituída por adultos²⁹.

Idade e sexo de todos os emigrantes portugueses, 1875-1964 (por quinquénio)

[QUADRO N.º 4]

Quinquénio	Total	Total de homens	Total de mulheres	Crianças *	Proporção total entre sexos	Percentagem de crianças
1875-1879	60 666	51 070	9 596	10 052	532	16,6
1880-1884	82 275	65 865	16 410	12 271	401	14,9
1885-1889	90 529	69 947	20 582	16 715	340	18,5
1890-1894	141 374	106 722	34 652	28 239	308	20,0
1895-1899	135 624	98 275	37 349	32 940	263	24,3
1900-1904	116 044	84 509	31 535	24 189	268	20,8
1905-1909	191 929	147 490	44 439	35 131	332	18,3
1910-1914	291 429	204 459	86 970	59 992	235	20,6
1915-1919	108 281	65 797	42 484	20 360	155	18,8
1920-1924	199 056	152 927	46 129	13 769	332	6,9
1925-1929	167 283	128 547	38 736	9 605	332	5,7
1930-1934	51 515	35 689	15 826	4 639	226	9,0
1935-1939	67 707	45 534	22 173	10 309	205	15,2
1940-1944	25 017	16 712	8 305	3 996	201	16,0
1945-1949	56 690	37 308	19 382	8 034	192	14,2
1950-1954	182 939	118 930	64 009	33 517	186	18,3
1955-1959	159 241	96 139	63 102	37 078	152	23,3
1960-1964	194 548	120 672	73 876	43 971	163	22,6
<i>Total **</i>	2 322 147	1 646 592	675 555	404 807	244	17,4

* Indivíduos com menos de 14 anos até 1955; a partir deste ano, a definição de criança passou a abranger os indivíduos com menos de 15 anos.

** Estes totais incluem os migrantes provenientes do continente e das ilhas; no entanto, deverá sublinhar-se que o Instituto Nacional de Estatística português e os organismos que o precederam eram inconsistentes, modificando constantemente as contagens totais, pelo que estes números «oficiais» divergem de década para década, apenas podendo ser considerados números aproximados, mesmo no que se refere à emigração «legal».

Fontes: 1872-1920, Imre Ferenczi e Walter W. Willcox, *International Migrations*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research, n.º 14, 1929, p. 844, e 1920-1964, Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Demográfico 1966*, p. CXXXVIII, tabela n.º 88.

²⁸ O recenseamento da população da cidade do Rio de Janeiro realizado em 1906 confirma isto em certa medida. Os residentes de origem portuguesa eram os que tinham, de longe, a maior percentagem de indivíduos do sexo masculino, em comparação com qualquer outro grupo significativo da cidade (com uma proporção de 320 homens para cada 100 mulheres). Essa proporção era de 266 para cada 100 mulheres para todos os outros residentes estrangeiros e de 131

Idade, sexo e estado civil dos emigrantes portugueses, 1906-1910

[QUADRO N.º 5]

Ano	Proporção entre sexos			Porcentagem de crianças *			Porcentagem de indivíduos sem família			Porcentagem de instruídos **			
	Adultos	Crianças	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
1906	351	186	308	16	26	18	51	57	52	49	20	42	
1907	372	202	328	16	26	18	52	57	53	49	20	42	
1908	413	201	356	15	27	18	49	57	50	47	15	40	
1909	392	209	346	15	25	17	50	57	52	46	19	40	
1910	406	187	352	13	25	16	51	57	53	47	20	41	
<i>Total</i>	386	197	337	15	26	18	51	57	52	48	19	41	
<i>Porcentagem entre adultos***</i>	—	—	—	—	—	—	60	77	63	53	21	46	
<i>N</i>	163	186		197	926		34	740		102	911	82	247

* Por crianças entendem-se os indivíduos com 14 anos ou menos.

** Indivíduos que sabiam ler e escrever.

*** Percentagem de indivíduos que emigraram sem família entre a população com mais de 14 anos.

Fontes: Portugal, Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal, 1908, 1909 e 1910*, vol. 1, Lisboa, 1914, pp. 64-65 e 76.

Em termos de ocupações, os imigrantes portugueses tendiam também, o que não surpreende, a pertencer menos ao sector agrícola do que qualquer outro grupo (v. quadro n.º 3). A sua estrutura ocupacional mais complexa está patente em duas amostras de emigrantes legais portugueses que partiram para o Brasil em 1909 e 1913 (v. quadro n.º 6). Embora os trabalhadores agrícolas que não eram proprietários de terras representassem uma parcela importante (50% e 34%, respectivamente), não constituíam, por si só, o grupo dominante. Além disso, entre esses emigrantes havia um número surpreendentemente elevado de proprietários e artífices especializados.

Estas características invulgares dos emigrantes portugueses reflectiam-se nas diferenças que apresentavam em relação a outros imigrantes que chegavam ao Brasil. O recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906 revela que os portugueses eram o grupo com a maior concentração de homens entre todos os grupos de imigrantes e que apresentavam diferenças acentuadas em relação à população nascida no Brasil. Enquanto a cidade apresentava uma proporção de 131 homens para 100 mulheres, e os imigrantes europeus 266 homens para 100 mulheres, os portugueses apresentavam uma proporção de 320 homens para 100 mulheres. Embora, em média, a idade de todos

homens para cada 100 mulheres para toda a população da cidade (*Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) Realizado em 20 de Setembro de 1906*, Rio de Janeiro, 1907, pp. 126-127.

²⁹ Martins, «A emigração portuguesa», cit., pp. 117-122. Oliveira Martins verificou que na Madeira e nas ilhas esta correlação não se verificava como no caso das províncias do continente.

**Distribuição das ocupações dos emigrantes portugueses que partiram para o Brasil,
1909, 1913**

[QUADRO N.º 6]

Grupos / ocupações	1909		1913	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Trabalhadores agrícolas sem terras	16 353	50,3	14 605	33,6
Pescadores	271	0,8	252	0,6
Trabalhadores artesanais	181	0,6	3 592	8,3
Ocupações domésticas	2 022	6,2	1 539	3,5
	18 827	57,9	19 988	45,9
Operários fabris	55	0,2	215	0,5
Artesãos	5 146	15,8	6 008	13,8
Trabalhadores dos transportes	790	2,4	512	1,2
Trabalhadores do comércio	1 316	4,0	1 713	3,9
Funcionários públicos	11	0,0	10	0,0
	7 318	22,5	8 458	19,4
Profissões liberais	199	0,6	138	0,3
Proprietários ou capitalistas	2 107	0,6	339	0,8
Proprietários rurais	3 443	10,6	13 783	31,7
Comerciantes	561	1,7	715	1,6
Industriais	75	0,2	82	0,2
	6 385	19,6	15 057	34,6
Sem profissão	3 622		20 832	
Sem qualquer indicação	179		3 541	
<i>Total</i>	36 331		67 876	
<i>Total cuja profissão se conhece</i>	32 530	100,0	43 503	100,0

Nota. Existe um erro no total publicado referente a 1913, que, portanto, difere do total que aqui se apresenta.

Fonte: Joel Serrão (ed.), *Dicionário Histórico de Portugal*, 4 vols., Lisboa, 1965, II, 25.

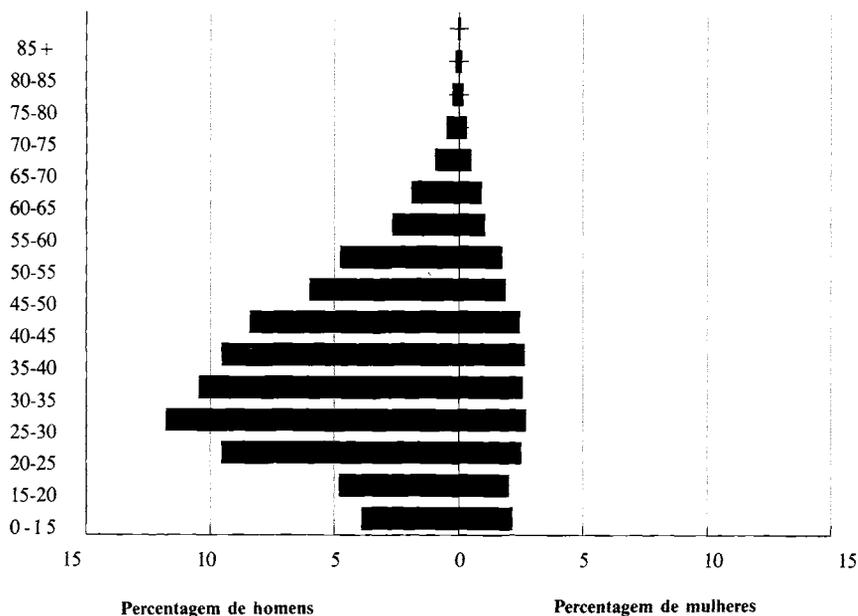
os europeus fosse superior à da população local de brasileiros, o facto de os portugueses serem, na sua grande maioria, homens adultos solteiros significava que, mesmo entre os imigrantes, tendiam a ser os residentes estrangeiros de idade mais elevada. No caso da cidade do Rio de Janeiro em 1906, a idade dos homens e mulheres portugueses era, em média, de 30-35 anos (v. gráfico n.º 3), ao passo que a idade dos brasileiros era, em média, 15-20 anos.

Mesmo quando casavam, os homens portugueses eram diferentes de outros imigrantes europeus, na medida em que apresentavam taxas surpreendentemente elevadas de endogamia, casando principalmente com mulheres portuguesas. Fosse devido à renovação constante de migrantes ou a problemas especiais de integração numa população que os desprezava cada vez mais por serem imigrantes pobres, inicialmente, os portugueses mostraram menos ten-

Idades dos portugueses residentes no Rio de Janeiro, 1906

[GRÁFICO N.º 3]

Idade



dência para casamentos mistos com brasileiras do que qualquer outro grupo de europeus e a sua tendência para a endogamia apenas era ultrapassada pelos japoneses. Atendendo à identidade linguística e ao ambiente predominantemente rural e de pequenas vilas do Brasil até finais dos anos 50, este facto é surpreendente. Mas as estatísticas referentes a casamentos mistos, quer da cidade do Rio de Janeiro, quer da cidade de São Paulo, confirmam estas conclusões. Assim, dos 22 030 homens e mulheres portugueses que casaram na cidade do Rio de Janeiro no período de dez anos de 1907 a 1916 (v. quadro n.º 7), 51% dos homens casaram com mulheres portuguesas — uma percentagem mais elevada do que a dos italianos ou dos espanhóis (50% e 47% dos quais, respectivamente, casaram com mulheres originárias do seu país). Esta maior endogamia existia apesar de, em relação a outros grandes grupos de estrangeiros residentes na cidade, os homens portugueses terem menos mulheres compatriotas com quem casar do que outros homens estrangeiros. Mais surpreendentes, porém, são as estatísticas relativas às mulheres portuguesas, 84% das quais casaram com homens portugueses, em comparação com 64% das mulheres italianas e 52% das mulheres espanholas que casaram com homens da sua nacionalidade.

Casamentos mistos por origem étnica dos cônjuges, cidade do Rio de Janeiro, 1907-1916

[QUADRO N.º 7]

		Mulheres					Total
		Brasil	Portugal	Itália	Espanha	Outros	
H O M E N S	Brasil	30 441	1 030	211	218	279	32 179
	Portugal	6 176	6 964	156	357	100	13 753
	Itália	651	73	756	30	28	1 547
	Espanha	512	169	37	658	32	1 408
	Outros países	424	41	35	14	747	1 261
<i>Total</i>		38 204	8 277	1 204	1 277	1 186	50 148

Fonte: Directoria Geral da Saúde Pública, *Anuário de Estatística Demographo-Sanitário*, Rio de Janeiro, 1907-1916.

Mesmo quando as taxas de endogamia começaram a diminuir com o decorrer do tempo, os portugueses continuaram a ser um caso excepcional entre os principais grupos de imigrantes europeus (embora se situassem muito aquém dos japoneses)³⁰. Uma lista dos casamentos celebrados na cidade de São Paulo entre 1934 e 1946 (v. quadro n.º 8) mostra que nesse período se casaram 14 008 homens e mulheres portugueses. Mais uma vez, destacam-se as mulheres portuguesas, que apresentaram uma taxa de endogamia de 57% (em comparação com 33% no caso das mulheres italianas e 30% no caso das mulheres espanholas). Embora em São Paulo os homens estivessem já a casar-se mais frequentemente com mulheres de outras nacionalidades, 32% dos homens portugueses ainda se casaram com mulheres portuguesas (apesar de a proporção entre os sexos ser de 180 homens para 100 mulheres), em comparação com uma percentagem de endogamia de 20% no caso dos espanhóis e 18% no caso dos italianos. As estatísticas referentes aos casamentos celebrados na cidade do Rio de Janeiro entre 1941 e 1945 revelam uma tendência idêntica. Dos 7332 homens e mulheres portugueses que se casaram (sendo a proporção entre os sexos de 204 homens para 100), 34% dos homens e 68% das mulheres casaram dentro do seu grupo e em ambos os casos os portugueses mostraram uma tendência mais acentuada para a endogamia do que qualquer grupo importante de imigrantes europeus³¹.

³⁰ Dos japoneses que casaram entre 1908 e 1962, apenas 3% dos 38 729 homens e 0,3% das 30 205 mulheres escolheram parceiros de outras nacionalidades. Esta característica mantinha-se também nos filhos dos imigrantes, e num estudo sobre 1958-1962 vê-se que apenas 18% dos filhos do sexo masculino de pais japoneses casaram com estrangeiras e apenas 8% das mulheres da segunda geração casaram com estrangeiros (v. Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, *The Japanese Immigrant in Brazil*, Tóquio, University of Tokyo Press, 1964, p. 356, quadro n.º 276).

³¹ Prefeitura do Distrito Federal, *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, ano x, 1946, Rio de Janeiro, 1947, vol. 1, p. 53.

Casamentos mistos entre estrangeiros e brasileiros na cidade de São Paulo
no período de 1934-1946 *

[QUADRO N.º 8]

		Mulheres					Total
		Brasileiras	Italianas	Espanholas	Portuguesas	Outras**	
H O M E N S	Brasileiros	103 490	1 331	1 079	1 742	1 259	108 901
	Italianos	3 200	754	66	128	106	4 254
	Espanhóis	2 254	48	619	84	145	3 150
	Portugueses	5 711	118	198	2 853	119	8 999
	Outros países	2 049	62	120	202	3 762	6 195
<i>Total</i>		116 704	2 313	2 082	5 009	5 391	131 499

* Falta o ano de 1939.

** Inclui todos os outros imigrantes nascidos no estrangeiro.

Fonte: Para 1934-1938, São Paulo, Departamento Estadual de Estatística, *Boletim*, ano de 1934, n.º 9 (anexo), p. 25; *ibid.*, n.º 9 (anexo) para cada um dos seguintes anos: 1935, p. 26; 1936, p. 27; 1937, p. 28, e 1938, p. 29. Para 1940-1946, Caio de Freitas Guimarães, «A assimilação dos principais grupos estrangeiros através das estatísticas dos casamentos e nascimentos na população do Município de São Paulo, 1940-1946», *ibid.*, *boletim especial*, ano XIV, 2.ª fase, n.º 1, 1952, p. 90.

A natureza inicialmente mais urbana dos imigrantes portugueses em comparação com os italianos e os espanhóis e o maior predomínio entre eles de indivíduos adultos do sexo masculino poderão também ajudar a explicar a tendência invulgar dos crimes cometidos por homens portugueses na cidade do Rio de Janeiro na segunda década do século XX. Dos homens condenados por crimes nessa cidade no período de quatro anos de 1915-1918, 32% eram portugueses, uma percentagem surpreendente, já que os portugueses representavam apenas 15% da população do sexo masculino da cidade em 1920 (v. quadro n.º 9). Além disso, foram também o maior grupo dessa população condenado por crimes relacionados com o comércio (45% do número total de condenados), o que não constitui surpresa, atendendo à sua concentração nessa actividade. Neste conjunto de crimes, alguns eram, por natureza, tipicamente portugueses — 47% dos falsificadores de moeda e 43% dos incendiários eram desta nacionalidade. Mais invulgar, porém, era o elevado envolvimento de portugueses em crimes violentos, especialmente homicídios, agressões e violações. Cerca de 23% dos assassinos condenados eram portugueses, mas esta percentagem não traduz inteiramente o elevado nível de violência manifestado por este grupo de imigrantes. Como os portugueses eram mais bem tratados do que os nativos negros e mulatos, há que considerar as acusações menos graves para se ter uma ideia da sua importância relativa. O número de portugueses entre os indivíduos do sexo masculino condenados por homicídio involuntário ou agressão é impressionante. Exactamente metade dos 220 indivíduos condenados por homicídio involuntário eram portugueses e 54% dos 1024 indivíduos que estavam a cumprir penas na prisão por agressão eram também da mesma nacionalidade.

Homens condenados por crimes na cidade do Rio de Janeiro, 1915-1918

[QUADRO N.º 9]

Origem	Categorias de actividade criminal								Total	Porcentagem
	I	II	III	IV	V	VI	VII	Diversos		
Brasil	132	151	128	749	3 424	1 009	295	103	5 991	56
Portugal	48	59	175	318	2 342	372	72	70	3 456	32
Itália	19	8	29	14	217	42	8	7	344	3
Espanha	8	10	19	24	240	69	26	7	403	4
Outros	12	2	39	43	261	74	32	11	474	4
<i>Total</i>	219	230	390	1 148	6 484	1 566	433	198	10 668	
<i>Porcentagem</i>	2	2	4	11	61	15	4	2		100

Fonte: *Anuário Estatístico da Polícia da Capital Federal*, anno 8, 1915, anno 9, 1916 e 1917, e anno 10, 1918.

I: crimes contra a segurança interna do estado (resistência ou desrespeito pelas autoridades, fuga da prisão).

II: crimes contra a segurança individual (ameaças, arrombamentos, etc.).

III: crimes comerciais (falsificação de dinheiro e documentos, falsas declarações).

IV: crimes contra a família e violência sexual (violação, desfloramento e exibicionismo).

V: crimes contra pessoas (homicídios, assaltos, infanticídios, etc.).

VI: crimes contra a propriedade pública.

VII: crimes contra a propriedade privada (furtos).

Diversos: crimes diversos, desde actos incendiários, poligamia e abandono de menores à venda de produtos adulterados e outros crimes relacionados com vendas fraudulentas.

Quer porque o seu número fosse menor, porque estivessem a residir na cidade há menos tempo ou porque eram em menor número do que os italianos, os portugueses de São Paulo estavam menos envolvidos em actividades criminosas do que os do Rio de Janeiro. Representando 11% da população da cidade em 1920, os portugueses constituíram 12% dos indivíduos acusados de furto em São Paulo no período de 1880-1924. Representavam apenas 12% dos indivíduos acusados de assassinio, mas 18,5% dos indivíduos acusados de crimes de natureza sexual. Em contrapartida, os italianos — que constituíam 16% da população da cidade — foram responsáveis pelo dobro dos crimes de furto, 25% dos crimes de natureza sexual e 41% dos homicídios³².

A concentração nos centros urbanos poderá explicar também o facto involuntário de as mulheres portuguesas que tiveram filhos no período de 1906-1910 no estado de São Paulo tenderem a apresentar uma taxa mais elevada de filhos ilegítimos do que as mulheres espanholas ou italianas, uma diferença que se manteve ao longo dos anos. Do meio milhão de nascimentos registados nesse período, 23 000 crianças eram filhas de mulheres portuguesas, com uma percentagem total de filhos ilegítimos de 3,5%, em comparação

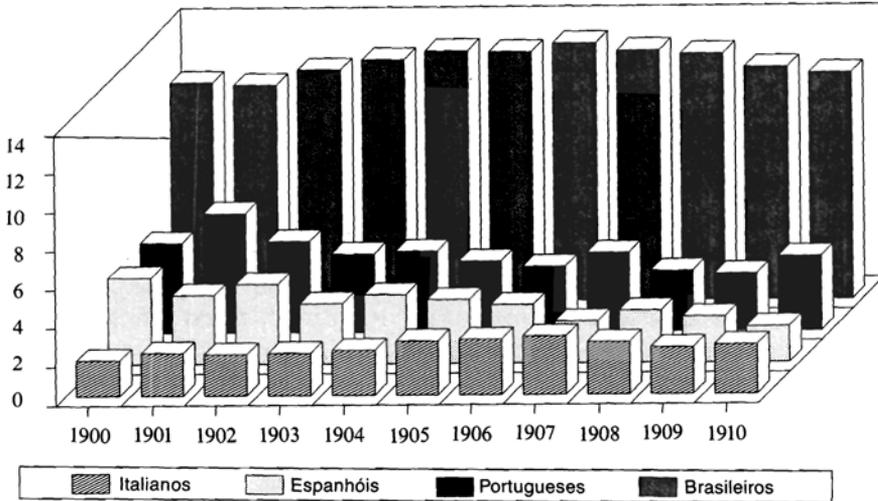
³² Boris Fausto, *Crime e Cotidiano, a Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, São Paulo, 1984, p. 62.

com 2,4% no caso das mulheres espanholas e 2,7% no caso das mulheres italianas (v. gráfico n.º 4). A percentagem de filhos ilegítimos entre os brasileiros era de 12,5%³³.

Proporção de nascimentos ilegítimos por nacionalidade, estado de São Paulo, 1900-1910

[GRÁFICO N.º 4]

Percentagem do número total de nascimentos



A natureza urbana de grande parte da migração portuguesa, bem como o aumento constante de indivíduos especializados e abastados, juntamente com o grande número de pobres, deram origem a uma comunidade de imigrantes com um espírito de chefia bem acentuado e empenhados em organizações de voluntários. Os portugueses foram os primeiros a criar inúmeras instituições de voluntários, desde associações de socorros mútuos para trabalhadores a hospitais, sociedades literárias e bibliotecas para os emigrantes das classes média e alta. Além disso, o forte sentido de identidade comunitária assegurou que estas instituições de voluntários fossem não só das primeiras a serem criadas, como as mais duradouras da história moderna do Brasil. No caso de São Paulo, o primeiro hospital privado moderno foi o hospital criado pela Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência

³³ São Paulo, Repartição de Estatística e Archivo do Estado, *Anuário Estatístico de São Paulo*, 1900, pp. 108-109 (que a seguir se designa por AESP), *AESP*, 1901, 1, 158-159, *AESP*, 1902, 1, 102-103, *AESP*, 1903, pp. 96-97, *AESP*, 1904, 1, 82-115, *AESP*, 1905, 1, 90-91, *AESP*, 1906, 1, 84-85, *AESP*, 1907, 1, 77, *AESP*, 1908, 1, 90-91, *AESP*, 1909, 1, 65-69, e *AESP*, 1910, 1, 58-59.

em 1872³⁴. Esta sociedade, que era, sem dúvida, a mais rica entre as associações de beneficência e socorros mútuos fundadas por imigrantes, foi constituída em 1859 e foi a primeira a surgir em São Paulo. Em 1910 contava já com 4000 sócios e era a segunda maior e a mais rica associação de voluntários do estado a seguir à associação de beneficência dos trabalhadores da Companhia de Caminhos de Ferro de São Paulo³⁵. No Rio de Janeiro o magnífico Gabinete Portuguez de Leitura era uma das maiores bibliotecas do Brasil, tendo sido fundado em 1837, enquanto o Rio de Janeiro contava já desde o início das décadas de 50 e 60 do século XIX com um Lyceo Litterario Portuguez e um Retiro Litterario Portuguez, duas instituições que, tal como o Gabinete, continuavam a florescer no século XX³⁶. Os portugueses criaram na maioria das principais cidades dos dois estados sociedades «Vasco da Gama» de assistência médica, de auxílio aos pobres e de assistência para funerais aos seus sócios, que provinham todos de comunidades de imigrantes³⁷.

É, com efeito, esta combinação invulgar de uma classe de pequenos capitalistas e comerciantes e de um grande número de imigrantes pobres que explica os resultados invulgares obtidos pelos portugueses em termos de mobilidade económica, quer nos centros urbanos, quer nas zonas rurais. Se bem que a concentração urbana dos portugueses os distinguisse dos outros grandes grupos de imigrantes, os portugueses também estavam bem representados nas actividades rurais. No período de 1890-1920 chegou ao Brasil um número considerável de emigrantes portugueses subsidiados que foram trabalhar para as plantações de café de São Paulo, e entre estas famílias que se dirigiam para as zonas rurais predominava o desejo de serem proprietárias das suas explorações. No caso destes portugueses que foram trabalhar a terra verificou-se um progresso lento, mas constante, no sentido da propriedade das terras. Em 1920, na totalidade do país, os portugueses tinham uma posição mais ou menos marcada em termos de controle das explorações agrícolas (representavam 1,4% da população e eram proprietários de 2,1% das terras). No entanto, apesar de possuírem a elevada percentagem de 2,4% do valor

³⁴ Aldaiza de Oliveira Sposati (ed.), *Memórias de Higiene e Saúde Municipal*, São Paulo, Secretaria Municipal de Higiene e Saúde, Secretaria Municipal de Cultura, 1985, p. 34.

³⁵ *AESP*, 1910, II, pp. 256-277.

³⁶ *Anuário Estatístico do Brazil, 1907-1912*, III, 565-567. No Rio de Janeiro, em 1919, eram comuns as associações exclusivas de trabalhadores portugueses [v. o recenseamento dessas associações realizado pela Prefeitura do Districto Federal, *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brazil): História e Estatística*, Rio de Janeiro, 1922, quadro não numerado no fim do volume, intitulado «Associações mútuas e de beneficência [...]»].

³⁷ No final da primeira década do século XX havia ao todo cerca de 16 associações de beneficência e socorro mútuo fundadas por portugueses no estado de São Paulo, sendo as de Campinas e as da capital as maiores (*AESP*, 1915, I, pp. 370 e segs.). A comunidade portuguesa tinha também um importante programa desportivo, cujas equipas vieram a organizar-se profissionalmente em meados do século XX.

total de todas as propriedades — sendo apenas ultrapassados pelos italianos neste aspecto —, o valor médio das propriedades era relativamente reduzido, sendo apenas de 71\$000 réis por exploração agrícola (v. quadro n.º 10).

Propriedade das terras entre a primeira geração de grupos imigrantes no Brasil em 1920

[QUADRO N.º 10]

Local de nascimento	Número de explorações agrícolas	Dimensão média (hectares)	Valor médio por hectare (mil réis)	Proporção do número total de explorações agrícolas	Proporção do total de terras agrícolas	Proporção do valor total	Proporção da população total
Italianos	35 894	76	170\$	5,54%	1,57%	4,41%	1,82%
Portugueses	9 552	380	71\$	1,47%	2,07%	2,45%	1,42%
Espanhóis	4 725	95	173\$	0,73%	0,26%	0,73%	0,72%
Japoneses	1 167	37	117\$	0,18%	0,02%	0,05%	0,16%
Todos os estrangeiros (a)	79 169	136	106\$	12,21%	6,14%	10,74%	5,11%
Brasileiros (b) ..	545 866	266	57\$	84,21%	82,81%	78,19%	94,88%
Totais (c)	648 153	270	60\$	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(a) Este total inclui os principais grupos acima referidos, bem como todos os outros residentes nascidos no estrangeiro.

(b) Atendendo a que, em média, a idade e proporção dos indivíduos do sexo masculino na população de origem brasileira eram menores (no recenseamento de 1920, a nível nacional, 55% dos homens brasileiros tinham 15 anos ou mais, em comparação com 93% dos homens estrangeiros pertencentes a este grupo etário), estas proporções subestimam a importância relativa dos brasileiros como proprietários de terras em relação à sua participação na população total.

(c) Estes totais incluem a população cuja origem se desconhece.

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil [...] 1 de Setembro de 1920*, vol. III, 1.ª, «Agricultura», p. XXXII, quadro n.º 22; para a última coluna referente à proporção da população total, *ibid.*, IV, 1.ª, «População», pp. LXIII e 312-315.

Porém, na década seguinte este panorama melhorou consideravelmente. Um recenseamento agrícola especial realizado em 1934 no estado de São Paulo — que era então, tal como agora, a mais rica região agrícola — revela que a sua situação tinha melhorado substancialmente. Assim, os portugueses representavam entre os fazendeiros de café 6% da produção e das propriedades, ocupando o terceiro lugar em termos de importância a seguir aos espanhóis e italianos (v. quadro n.º 11). Estavam também representados em todas as áreas da produção agrícola do estado, cultivando 4% a 8% dos cereais, frutos e produtos hortícolas. Havia apenas duas áreas em que eram produtores particularmente agressivos, nomeadamente a da produção de pêras (em que representavam 22% da produção do estado, sendo apenas 13% as explorações agrícolas que se dedicavam à produção deste fruto) e de morangos (em que 7% das explorações agrícolas pertencentes a portugueses produziam 12% da população do estado). Com efeito, este rendimento bastante constante em todas as áreas era invulgar entre os agricultores de origem estrangeira, que tendiam a especializar-se em poucas áreas e a dominar esses mercados.

Propriedade por parte de estrangeiros das fazendas de café de São Paulo em 1934

[QUADRO N.º 11]

Origem	Porcentagem de fazendas	Porcentagem de cafeeiros	Porcentagem da produção de café (em arrobas)	Porcentagem da população total
Espanhóis	9,1	7,4	7,5	2,5
Italianos	24,2	21,5	21,4	4,7
Portugueses	6,3	6,0	5,5	2,7
Japoneses	5,6	3,6	3,4	2,0
Todos os estrangeiros	47,5	42,2	41,2	14,5
Brasileiros	52,3	57,4	58,4	85,5
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0*
<i>N</i>	82 305	1 480 433 324	80 625 015	6 433 327

* Os números nem sempre totalizam 100% por se terem incluído proprietários de origem desconhecida.

Fonte: São Paulo, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, *Recenseamento Agrícola-Zootécnico Realizado em 1934*, São Paulo, 1936, p. 35; para a população total do estado em 1934, São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, *Empulsa, Reconstituição da Memória Estatística da Grande São Paulo*, 2 vols., São Paulo, 1983, II, pp. 165, tabela I, II, e 171, tabela I, 21.

Esta mesma tendência para uma propriedade crescente das terras está também patente no recenseamento nacional realizado em 1940 (v. quadro n.º 12), que mostra a mesma participação elevada de estrangeiros — superior à sua importância relativa na população —, quer como proprietários, quer no que se refere ao valor das suas propriedades. Com efeito, os resultados deste recenseamento são bastante melhores do que os do recenseamento de 1920, quer no que se refere ao estado, quer ao conjunto do país³⁸. Os italianos continuavam a ser o grupo dominante entre os estrangeiros, quer enquanto proprietários, quer em termos do valor das suas propriedades. Os portugueses marcavam uma posição, fundamentalmente, na proporção relativa de explorações de que eram proprietários, na área dessas explorações e no valor médio das mesmas em comparação com a sua representação na população adulta. Verifica-se apenas uma ligeira diferença entre o recenseamento estatal de 1934 e o recenseamento nacional de 1940 no que se refere à posição menos importante dos espanhóis, em termos relativos, pelo menos quanto à actividade agrícola, e não só quanto à produção de café. Mas verifica-se, em todos os casos, e sobretudo no que se refere ao valor médio

³⁸ Em 1940, relativamente a todo o país, todos os agricultores estrangeiros importantes — excepto os portugueses — possuíam propriedades cujo valor médio por hectare era superior ao das propriedades pertencentes a brasileiros. Ao passo que os agricultores de origem brasileira possuíam propriedades cujo valor médio era de 179 cruzeiros por hectare, e os portugueses 176 cruzeiros por hectare, o valor médio das propriedades pertencentes a italianos era de 410 cruzeiros por hectare, o das propriedades pertencentes a espanhóis de 381 cruzeiros por hectare e o das propriedades pertencentes a japoneses de 560 cruzeiros por hectare [*Recenseamento Geral do Brasil (1.º de Setembro de 1940)*, «série nacional», vol. III, pp. 14-17].

das propriedades, que os estrangeiros se encontravam em melhor posição do que a população local, destacando-se já claramente os japoneses como proprietários por excelência das pequenas explorações agrícolas de elevado valor.

Proprietários agrícolas por nacionalidade no estado de São Paulo de acordo com o recenseamento nacional de 1940

[QUADRO N.º 12]

Origem	Número de explorações agrícolas (percentagem)	Área* (percentagem)	Valor** (percentagem)	Valor por hectare	Homens adultos*** (percentagem)
Brasil	67,71	73,38	66,11	315	79,35
Itália	11,06	10,33	13,85	469	5,97
Portugal	4,14	4,50	5,25	409	4,69
Espanha	5,80	3,70	5,08	480	3,35
Japão	7,94	3,34	5,45	572	2,90
Todos os estrangeiros ..	32,29	26,62	33,89	446	20,65
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	350	100,00
<i>N</i>	201 225	13 005 685	4 553 253		1 783 731

* Área em número total de hectares.
 ** Valor em milhares de cruzeiros.
 *** Indivíduos do sexo masculino com 20 anos ou mais.

Fonte: *Recenseamento Geral do Brasil [...] 1940*, série regional, parte VIII, São Paulo, t. 3, pp. 14-17; quanto aos números referentes à população, *ibid.*, série regional, parte XVII, São Paulo, t. 1, pp. 8-10.

A partir do recenseamento nacional de 1940 é difícil encontrar dados sistemáticos sobre a propriedade de terras por parte de estrangeiros. Devido à migração interna em massa do Nordeste brasileiro como principal fonte de mão-de-obra das regiões mais avançadas, os governos estatal e federal deixaram de se preocupar com a questão da propriedade das terras e deixaram simplesmente de fazer estatísticas completas. Com efeito, deu-se o mesmo em praticamente todas as áreas de actividade económica, de modo que avaliar o papel dos estrangeiros por origem noutros sectores da economia e da sociedade, mesmo em relação a períodos anteriores, é muito mais difícil do que no que se refere à questão da propriedade das terras. A análise estatística desses outros papéis desempenhados pelos estrangeiros na economia é, portanto, mais uma amostragem de materiais existentes do que uma análise sistemática, ao longo do tempo, da importância variável da população de origem estrangeira de cada categoria.

Ao passo que na agricultura os portugueses fizeram progressos lentos, mas constantes, e mantiveram a sua posição ao longo do tempo a nível de propriedade das terras e riqueza produtiva, no comércio e na indústria a sua mobilidade económica era mais variada, o que se deve, em grande parte, à existência de duas correntes de emigrantes — os emigrantes urbanos educados e com capital que se financiaram a si mesmos e os ex-colonos de base rural

que estavam agora a migrar para as cidades. Ao analisarmos uma amostra de 330 empresas (comerciais e industriais) que foram constituídas na cidade de São Paulo durante um período consecutivo de seis meses em 1917 (v. quadro n.º 13), verificamos que os portugueses desempenharam um papel significativo. Situavam-se logo a seguir aos italianos, em termos de empreendimentos comerciais e fabris, e muito à frente dos espanhóis, cuja importância no comércio nem chegava a aproximar-se da sua. Representavam 13% dos homens envolvidos na constituição dessas empresas, e a sua participação nessas empresas correspondia a 15%. Porém, a origem modesta dos portugueses envolvidos nestes empreendimentos de natureza sobretudo comercial significava que o valor médio do capital que estavam a utilizar nessas empresas era inferior ao de qualquer outro grupo importante de imigrantes, excepto os espanhóis. Além disso, a reduzida variação em relação a esse valor médio sugere uma consistência surpreendente a nível da participação.

**Empresas registadas no estado de São Paulo de Abril a Setembro de 1917,
por origem dos sócios (em milhares de contos)**

[QUADRO N.º 13]

Origem	Número de empresas	Número de homens	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Total
Brasil	147	307	54 792	143 392	1 000	1 500 000	8 054 395
Itália	77	156	47 513	114 948	852	900 000	3 658 495
Portugal	51	84	34 999	67 970	1 000	428 571	1 784 945
Síria	20	49	42 775	44 311	1 000	180 000	855 500
Espanha	10	15	9 800	6 663	2 000	20 000	98 000
Outros	25	44	24 242	28 079	1 000	100 000	606 058
<i>Total</i>	330	655	59 123	137 732	1 000	1 500 000	15 057 393

Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, *Boletim da Directoria de Indústria e Commercio*, 8.ª série, n.ºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9, 1917.

Em contrapartida, a situação dos portugueses em actividades industriais propriamente ditas era bastante melhor. A maior parte das empresas constituídas em 1917 eram pequenos estabelecimentos e oficinas artesanais (embora houvesse algumas firmas de «comissões e consignações» envolvendo capitais consideráveis), mas, ao analisar-se a actividade industrial propriamente dita, os portugueses revelam uma participação muito mais importante. Num recenseamento estatal das indústrias realizado em 1934 verificava-se já que os imigrantes portugueses eram proprietários de 460 fábricas e oficinas no estado de São Paulo, situando-se mais uma vez em terceiro lugar a seguir aos brasileiros e à comunidade mais numerosa de italianos. Mas este recenseamento industrial revelou que as oficinas que eram propriedade de portugueses tendiam a ser maiores (tendo, em média, 11 trabalhadores e uma potência de 12 cavalos-vapor por fábrica) do que as de qualquer grupo de imigrantes,

excepto os sírios (excluindo as empresas multinacionais anglo-saxónicas), e a sua capacidade de produção média era também das mais elevadas em comparação com outros grupos de imigrantes, ultrapassando em muito os italianos neste aspecto (v. quadro n.º 14).

Classificação das indústrias do estado de São Paulo por nacionalidade dos proprietários, 1934 (valores apresentados em contos de réis)

[QUADRO N.º 14]

Origem	Número de fábricas	Capital	Empregados	Potência motriz (HP)	Valor da produção
Brasileiros	4 837	1 997 907	149 898	188 808	1 692 425
Italianos	2 181	126 984	20 586	16 639	215 452
Portugueses	460	38 232	5 215	5 478	61 821
Espanhóis	275	10 172	2 040	1 087	23 518
Sírios	225	50 239	5 886	5 854	97 562
Alemães	122	6 377	1 405	926	16 307
Japoneses	62	1 449	405	197	2 924
Austriacos	44	3 283	565	593	4 756
Ingleses	27	68 087	11 875	3 908	30 840
Franceses	13	935	220	172	2 605
Americanos	18	18 609	691	1 546	22 131
Canadianos*	4	532 110	8 233	2 920	101 450
Outros	307	57 315	5 881	3 743	74 909
<i>Total</i>	8 575	2 911 699	202 900	231 871	2 346 700

* A natureza invulgar da participação canadiana deve-se ao facto de serem proprietários do monopólio São Paulo Tramway, Light Power Company, Ltd.

Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio, Directoria de Estatística, *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, Anno de 1934*, São Paulo, 1936, p. 28.

Um estudo pormenorizado do sector industrial e comercial do estado realizado durante a Segunda Guerra Mundial mostrou que os portugueses possuíam cerca de 7% de todos os estabelecimentos dessa natureza (20 661 no total), com uma posição particularmente destacada nos têxteis e máquinas-ferramentas. Verificou-se até que a única fábrica de rolamentos de esferas do estado pertencia a portugueses, bem como um dos dois únicos laboratórios médicos que estavam então em funcionamento. Porém, se acrescentarmos as firmas comerciais às industriais, verifica-se que o papel dos portugueses não era tão significativo como o dos italianos. A posição dos portugueses no comércio era nitidamente inferior à dos italianos ou sírios, ultrapassando apenas a dos espanhóis, que se tornaram empresários a um ritmo extremamente lento, apesar da sua importância numérica entre a população de imigrantes³⁹.

³⁹ São Paulo, Directoria de Estatística, Indústria e Comércio, *Estatística Industrial 1938*, São Paulo, 1941, quadros n.ºs 31 e 35 para o recenseamento realizado de Novembro de 1940 a Março de 1941.

Atendendo à forma positiva como se iniciaram na indústria, a situação dos portugueses apenas melhorou ao longo das décadas. Um estudo sobre as indústrias paulistas nos anos 70 mostra que os portugueses até à terceira geração representavam 10% dos directores de empresas com 250 trabalhadores ou mais na zona metropolitana da Grande São Paulo, em comparação com apenas 20% dos directores de origem brasileira e 31% dos directores de ascendência italiana. Do mesmo modo, entre os proprietários de empresas com 100 trabalhadores ou mais os portugueses da primeira à terceira geração constituíam mais uma vez o segundo grupo estrangeiro mais importante, representando 12% dos proprietários, em comparação com 16% no caso dos brasileiros da terceira geração e 35% no caso dos italianos. Atendendo à sua importância relativa no conjunto da população de São Paulo, os portugueses ocupavam uma posição impressionante⁴⁰.

Os portugueses constituíam também em si o grupo estrangeiro mais importante na população activa, quer do Rio de Janeiro, quer de São Paulo, em todas as áreas, desde o trabalho manual não especializado à mão-de-obra da indústria. Embora existam poucas estatísticas satisfatórias, há alguns índices gerais da sua actividade. Assim, entre os cerca de 10 000 trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo em 1911, por exemplo, os portugueses representavam cerca de 8% do total, sendo apenas ultrapassados, em termos de importância, pelos italianos e pelos brasileiros⁴¹. Nesse mesmo ano representavam praticamente a mesma percentagem que os brasileiros (ou seja, 38%) entre os trabalhadores não especializados empregados pelo governo do estado⁴². E na maior empresa de São Paulo, a São Paulo Tramways, Light and Power Co., Ltd., que era propriedade de canadianos, os portugueses constituíram desde o início o grupo dominante de trabalhadores estrangeiros. Em 1930, num total de 6221 trabalhadores empregados pela empresa de eléctricos e electricidade, havia ainda 1895 portugueses, ou seja, 31% da mão-de-obra da empresa⁴³.

No Rio de Janeiro a posição dos portugueses na população activa era ainda mais significativa. Os trabalhadores de origem portuguesa representavam 25%

⁴⁰ Luís Carlos Bresser Pereira, *Empresários e Administradores no Brasil*, São Paulo, 1974, pp. 73, quadro n.º 3 XIII, 78, quadro n.º XVI, e 198-200 e apêndice, quadro n.º 4.

⁴¹ «Condições de trabalho na indústria têxtil do estado de São Paulo», São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, anno 1, n.ºs 1-2, 1911-1912, pp. 74-75.

⁴² *Ibid.*, pp. 120-121.

⁴³ The São Paulo Tramways, Light & Power Company, *Employment Bureau, Annual Report for 1930*, quadro n.º 9. Este relatório dactilografado encontra-se nos arquivos da Electropaulo, Departamento de Património Histórico, São Paulo. Este número incluía também os trabalhadores de sucursais pertencentes a este monopólio canadiano de eléctricos e produção de energia. A maior parte dos portugueses eram trabalhadores que ganhavam à hora (por oposição aos empregados de escritório, que recebiam salários mensais) e, na sua maioria, eram revisores, condutores e operários.

dos 660 estivadores registados na União dos Operários Estivadores entre 1903 e 1905, sendo apenas ultrapassados pelos trabalhadores de origem brasileira e situando-se muito à frente do segundo principal grupo de estrangeiros, os espanhóis, que representavam apenas 5% dos trabalhadores⁴⁴. Os homens portugueses eram também uma minoria significativa e, nalguns casos, a maioria dos trabalhadores dos eléctricos urbanos do Rio de Janeiro. Assim, nas linhas de «tróleys» da C. F. C. Jardim Botânico os portugueses representavam 38% dos 559 trabalhadores empregados entre 1897 e 1911. Representavam também 57% dos 180 condutores e revisores que conduziam os «tróleys» da sucursal do Rio da Companhia de Energia e Luz brasileira entre 1880 e 1902. Na fábrica de têxteis Bangu (uma das cinco maiores fábricas de têxteis do Brasil), em 1926, os portugueses eram ainda o grupo mais numeroso de trabalhadores (representando 6% dos 2003 trabalhadores empregados na fábrica)⁴⁵. Dos 11 900 trabalhadores empregados entre 1918 e 1930 pela maior fábrica de têxteis do Brasil, a Companhia América Fabril do Rio de Janeiro, 1879 eram portugueses, que constituíam o maior grupo de trabalhadores estrangeiros, em comparação com os italianos e espanhóis, que, em conjunto, eram apenas 219⁴⁶.

Esta participação na população activa correspondia também à importância dos trabalhadores portugueses entre os anarco-sindicalistas e os socialistas que fundaram o movimento de trabalhadores no Brasil. Os trabalhadores de origem portuguesa representavam 22% dos 106 indivíduos identificados como importantes dirigentes laborais no Brasil entre 1890 e 1920 e dos 556 organizadores radicais de sindicatos expulsos do país entre 1907 e 1921 um terço (181 homens) eram portugueses⁴⁷.

Os radicais expulsos não foram os únicos portugueses que deixaram o Brasil nesse período. Ao mesmo tempo que se dava nesse período uma importante emigração de portugueses, deu-se também um movimento migratório constante em sentido inverso. Atendendo às relações invulgarmente estreitas entre os dois países e à capacidade que ambos manifestaram para evitarem uma participação significativa nas duas grandes guerras do século XX, o movimento de pessoas e fundos manteve-se quase ininterruptamente desde o início do século XIX até aos nossos dias. A atracção de uma emigração ainda que temporária era bastante grande para os trabalhadores, jornaleiros, vendedores e trabalhadores do sector de serviços portugueses. No início do século calcula-

⁴⁴ Marli Moreira de Albuquerque, *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920)*, tese de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 1983, p. 66.

⁴⁵ Eileen Keremitsis, *Workers and Industrialization in Rio de Janeiro, 1870-1930*, tese de doutoramento, Departamento de História, Universidade de Columbia, 1982, pp. 72 e 135.

⁴⁶ Elisabeth von der Weid e Ana Maria Rodrigues Bastos, *O Fio da Meada. Estratégia de Expansão de Uma Indústria Têxtil, Companhia América Fabril, 1878-1930*, Rio de Janeiro, 1986, p. 223.

⁴⁷ Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*, Rio de Janeiro, 1979, pp. 20-21 e 42.

-se que o salário de artesão especializado no Brasil era quatro vezes superior ao melhor nível salarial em Portugal⁴⁸.

Infelizmente, nem as estatísticas brasileiras nem as portuguesas contêm dados definitivos sobre este movimento migratório de retorno. Desde meados a finais do século XIX calcula-se que a migração de retorno correspondia a 20% a 30% do número de chegadas⁴⁹. Segundo as estatísticas oficiais portuguesas, entre 1936 e 1965 emigraram para o Brasil 405 876 portugueses e regressaram a Portugal 67 506, ou seja, apenas 17% dos que tinham deixado o país, em comparação com uma percentagem total de regressos de emigrantes de 13%⁵⁰. O demógrafo G. Mortara, através de uma série de cálculos do crescimento da população estrangeira residente no Brasil, sugere que a percentagem da migração de retorno relativa aos portugueses foi inferior a 30%, uma percentagem efectivamente inferior à de qualquer outro grupo importante de emigrantes europeus. No novo cálculo que fez desse valor Ferreira Levy conclui que a percentagem da migração de retorno referente a esses emigrantes terá sido talvez superior, se bem que apenas os japoneses apresentassem uma percentagem de retorno inferior à dos portugueses, que, por sua vez, correspondia a um terço da dos italianos⁵¹. Além disso, estudos etnográficos sobre as zonas de emigração do Norte de Portugal sublinham que os emigrantes que partiam com destino ao Brasil tendiam a abandonar *de facto* as terras tradicionais das suas famílias, regressando com menos frequência do que os migrantes intra-europeus, que visitavam com mais frequência o seu país, onde compravam terras mais sistematicamente e onde mantinham com efeito direitos de propriedade tradicionais sobre as terras⁵².

As poupanças brasileiras dos emigrantes portugueses constituíram também um importante factor das relações entre os dois estados e do crescimento da economia portuguesa durante este período. O movimento de fundos através do Atlântico foi particularmente significativo no período entre 1870 e 1930, produzindo um impacte profundo na economia portuguesa. Calcula-se que nas duas primeiras décadas do século XX as poupanças geradas no Brasil e enviadas para Portugal por emigrantes portugueses se situaram, em média, entre 18 000 e 21 000 contos por ano, ou seja, entre 3,6 e 4,2 milhões de libras esterlinas por ano⁵³. A maior parte dessas remessas eram enviadas pelos emigrantes para os seus pais, que residiam nas províncias do Norte,

⁴⁸ Brettell, *Men Who Migrate, Women Who Wait*, p. 70.

⁴⁹ Alencastro, «Proletários e escravos», cit., p. 35.

⁵⁰ Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico, 1965*, vol. 1, tabela n.º 17, p. 22.

⁵¹ Maria Stella Ferreira Levy, «O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)», in *Revista de Saúde Pública*, vol. 8, supl., 1974, pp. 62-67 e 86, tabela n.º 12.

⁵² Brian Juan O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, 1984, p. 129.

⁵³ Chaney, *The Economics of One Hundred Years of Emigration*, p. 65.

e desempenharam um papel fundamental na monetarização da terra e da construção rural. Mas, tal como Miriam Halpern Pereira conclui no seu estudo pormenorizado sobre as remessas dos imigrantes, essas poupanças «desempenharam também um papel determinante na balança de pagamentos portuguesa e na sua taxa de câmbio⁵⁴.»

O impacto do Brasil em Portugal foi profundo, mas o impacto dos 1,8 milhões de portugueses entre os 5,6 milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil após a independência não foi igualmente significativo. Embora se tivessem concentrado nas principais cidades da região economicamente mais avançada do país, os imigrantes portugueses eram apenas um elemento menor da população activa, mesmo nessas cidades. Além disso, até finais dos anos 20 nem constituíam sequer o principal grupo de imigrantes, situando-se, em termos de importância, a seguir aos italianos. Porém, uma análise mais atenta do comércio e da indústria mostra que os portugueses ocupavam uma posição cuja importância não era proporcional ao seu número e que desempenhavam um papel muito significativo nesses dois importantes sectores. Como comunidade, os portugueses eram invulgarmente constrangidos e estavam relativamente bem organizados, tendo constituído importantes associações de voluntários, à semelhança dos italianos e dos japoneses. Mas aquilo em que os portugueses se distinguiam de todos os outros emigrantes que partiam para o Brasil era na sua composição demográfica invulgar e na duração extraordinária da sua permanência no Brasil. Esta emigração portuguesa para o Brasil assemelha-se, em muitos aspectos, à emigração irlandesa para os Estados Unidos, que era igualmente duradoura e envolvia laços igualmente estreitos. Essas comunidades de imigrantes foram ambas sustentadas por uma corrente constante de emigrantes provenientes da Europa durante mais de dois séculos. Ambas se mantiveram em contacto com a pátria, mas acabaram ambas por se integrar nos seus países adoptivos. No caso dos portugueses que partiram para o Brasil, o contacto com a sua terra natal acabou por se perder à medida que os laços se foram tornando cada vez mais ténues e se abriram novas zonas de migração para aqueles que permaneceram no país. Isto, por sua vez, assegurou uma integração cada vez mais rápida da comunidade e uma perda progressiva da sua identidade própria a partir de 1950.

⁵⁴ Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, 1981, p. 43. Em média, o valor destas remessas equivalia a 50%-80% do deficit da balança comercial portuguesa (Chaney, *The Economics of One Hundred Years of Emigration*, p. 65). Além disso, ao contrário das poupanças geradas na Europa moderna pelos emigrantes portugueses, cuja natureza é acentuadamente sazonal devido à concentração dos portugueses na construção e ao facto de passarem anualmente férias em Portugal, as poupanças provenientes do Brasil antes de o governo brasileiro ter abolido essas transferências em 1931 não eram de carácter sazonal, distribuindo-se por todo o ano, o que sugere a participação dos emigrantes em trabalho não sazonal no Brasil. Por outro lado, uma análise das fontes dos fundos provenientes do Brasil nos anos 20 mostra que a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro gerava, de longe, a maior parte dessas poupanças (cerca de metade, em comparação com apenas um quarto proveniente de São Paulo) (*ibid.*, p. 72).